

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 150

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PFL

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**

4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado Valdir Rossoni  
PFL..... Deputado Plauto Miró  
PTB..... Deputado Valdir Rossoni  
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti  
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi  
PT ..... Deputado Péricles H. de Mello  
PDT ..... Deputado Edgar Bueno  
PL ..... Deputado Horácio Rodrigues  
PSN..... Deputado Emerson Nerone  
PSDB.....

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE NOVEMBRO DE 1998**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hidekazu Takayama e Nereu Moura.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 457/98.

Sala das Sessões, em 19.11.98.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, ao Prefeito Municipal Senhor Luís Raimundo Corti, com votos de congratulações, pela passagem do 35º aniversário do Município de São Jorge D'Oeste-PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência também ao senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de São Jorge D'Oeste.

Sala das Sessões, em 18.11.98.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

A população de São Jorge D'Oeste faz jus ao nome santo. Afinal não faltaram coragem esperança e fé em novos horizontes, às famílias de José Rupp, José Henrique Rupp e Ary Francisco Rupp, quando em 1954 lançaram os fundamentos para a colonização da localidade.

Quatro anos mais tarde, já em 1958, chegaram à localidade, inúmeras famílias procedentes de cidades vizinhas, com o intuito de tomar parte da colonização da região. Foi grande e expressivo também o afluxo de colonos gaúchos e catarinenses que ali se estabeleceram, sempre movidos pelo interesse de achar novas frentes de colonização, dado a escassez de terras, principalmente no Rio Grande do Sul.

Em 24 de junho de 1963 o distrito de São Jorge do Oeste foi elevado a categoria de município, com o território desmembrado de São João, e em 23 de novembro do mesmo ano, assumiu o executivo municipal o Senhor Ary Rupp.

De lá para cá, várias administrações bem sucedidas fizeram uma verdadeira transformação no município.

Para citar um exemplo, a Prefeitura Municipal, através de seu prefeito, Senhor Luís Corti, realizou a tempo atrás, o "Cantos dos Lagos do Iguaçu", medida que certamente atraiu para o município centenas de turistas e que garantirá calendário fixo nas programações festivas e turísticas para os próximos anos.

São medidas como esta que fazem a diferença e justificam o avanço alcançado por São Jorge D'Oeste.

Quando São Jorge D'Oeste deu seus primeiros passos, em que pese o otimismo, certamente jamais poderia imaginar que chegaria à privilegiada posição que hoje ostenta.

Assim, nada mais justo que prestar a São Jorge o nosso reconhecimento a importante data que é 23 de novembro.

#### REQUERIMENTO Nº 1861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações a Loja Maçônica Cardoso Júnior, alusivos à comemoração do seu centenário, que ocorrerá no próximo dia 01 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Amilton Küster, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Paraíba, 2491 - Vila Guaíra, CEP 80630-000, Município de Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, estribado no art. 133, § 4º da Constituição Estadual, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Senhor Giovani Gionédís, as providências necessárias no sentido de determinar que seja repassado ao gabinete deste Parlamentar, e publicado em Diário Oficial, de acordo com a lei, o demonstrativo financeiro expedido pela Coordenação da Administração Financeira daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 19.11.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Em função das dificuldades apresentadas à sociedade pelo Governo do Estado, exigindo inclusive cortes em atividades essenciais, como saúde, educação e infra-estrutura, é mais que legítimo conhecer como o Governo, através de seu Secretariado, vem realizando a execução orçamentária, pois hoje vem sendo publicado apenas a Receita e não dá conhecimento das despesas.

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 468/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial, com sede no Bairro Planalto, com jurisdição sobre os Bairros Planalto I, Planalto II, Vila Esperança e Bela Vista, no Município de Pato Branco.

Art. 2º - A jurisdição do 1º Distrito Policial será sobre os Bairros Planalto I, Planalto II, Vila Esperança e Bela Vista, que possuem as seguintes áreas limites:

BAIRROS PLANALTO I E II: ao Norte com o limite do perímetro urbano e com o lote nº 5 do Núcleo Bom Retiro; ao Sul pelo eixo da estrada municipal (limite do perímetro urbano) entre o eixo da BR-158 e Rua dos Canários, seguindo até o perímetro urbano e com o Núcleo Bom Retiro; ao Leste com as chácaras nºs 26, 26-D, 26-E, 26-C, Reserva Municipal e eixo da BR-158 e a Oeste com o eixo da estradamunicipal (limite do perímetro urbano).

BAIRRO VILA ESPERANÇA: Norte: partindo do eixo da Rua João Penso, confrontando com a Chácara nº 8; eixo da Rua Marco Penso entre a Rua Josefina Maria Leonardi, Chácara nºs 7-4 até o eixo da Rua José Leonardi; Sul: com o eixo da BR-158, entre as Ruas Jacó Morelatto e José Leonardi; Leste: com a Rua José Leonardi entre o eixo da BR-158 e Chácara nºs 7-4; Oeste: com a Rua Jacó Morelatto entre o eixo da BR-158 e Rua João Penso.

BAIRRO BELA VISTA: Norte: partindo do eixo da BR-158, confrontando com as Chácaras nºs 23, 24, 28 e 28-A até o limite do perímetro urbano e lote nº 5 do Núcleo Bom Retiro; Sul: com o Núcleo Bom Retiro, quadras nºs 647 e 648, Rua Maracanã e eixo da BR-158; Leste: partindo do eixo da BR-158 defronte com a Rua Ledovino Fazolin, seguindo pelo eixo da BR-158, até o trevo defronte à Rua Itacolomi; Oeste: com o Córrego Penso e limite do perímetro urbano, Núcleo Bom Retiro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A criação e instalação do 1º Distrito Policial de Pato Branco, com jurisdição sobre os Bairros Planalto I, Planalto II, Vila Esperança e Bela Vista, torna-se uma necessidade imperiosa ao se considerar que o aumento da população do município de Pato Branco, acumulou as funções dos policiais militares e civis que exercem a segurança do município. Além disso, o crescimento da população daqueles quatro Bairros, o que hoje está estimado em uma população de 7.500 (sete mil e quinhentos) habitantes, está a exigir uma atenção maior ao setor de seg-

urança preventiva, o que somente se dará com a instalação de um Distrito Policial num ponto nevrálgico entre estes populosos bairros.

Preocupados com esse problema enviam ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de um delegado para dirigir os trabalhos policiais naquela área, de cuja Secretaria recebemos como resposta a impossibilidade da designação de um Delegado, por não haver sido criado o respectivo Distrito Policial.

Desta forma, atendendo os apelos da população e autoridades daquele município, apresentamos o presente projeto de lei, que por certo, trará não só a tranquilidade da população de Pato Branco - especialmente os moradores dos citados bairros - como também criará o mecanismo legal e necessário para a criação e instalação de tão esperado distrito.

Assim posto e justificado, contamos com o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB, PDT, PFL, PT, PPB, PSDB, PTB, PL, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/98, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a SACI - Sociedade de Amigos do Capão da Imbuia, com sede e foro no bairro do Capão da Imbuia, nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/98, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de

Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Ciências Neurológicas, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 298/98

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Paranaense de Ciências Neurológicas, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/788, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/98, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Entre Rios do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 302/98

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Entre Rios do Oeste e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma de emenda corretiva, para melhor adequá-la às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 302/98

“Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Entre Rios do Oeste - APMI, com sede no Município

de Entre Rios e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Comissões, em 27.10.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tamboara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 108, de 10.08.98).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 307/98

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tamboara.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.  
Sala das Comissões, em 25.08.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação Pontagrossense de Portadores das Deformações Faciais - APPDF, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109, de 11.08.98).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 314/98

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Pontagrossense de Portadores das Deformações Faciais - APPDF, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda

por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.  
Sala das Comissões, em 25.08.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/98, de autoria do Deputado Péricles Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Creche Sant'Ana, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 111, de 17.08.98).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 331/98

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles Holleben Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Sant'Ana, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 25.08.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/98, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Rainha do Lar, com sede em Santa Lucia e foro no Município de Capitão Léonidas Marques. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 113 de 18.08.98)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 334/98

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Rainha do Lar, com sede em Santa Lucia e foro no Município de Capitão Léonidas Marques.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda

substitutiva geral, para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

PROJETO DE LEI Nº 334/98

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Rainha do Lar, com sede no Município de Santa Lúcia e foro no Município de Capitão Léonidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APAM - Associação Perolense de Amparo ao Menor, com sede e foro na Cidade de Pérola. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114, de 24.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 338/98

P A R E C E R

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APAM - Associação Perolense de Amparo ao Menor, com sede e foro na Cidade de Pérola.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

## ITEM 09

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que altera o Art. 5º, da Lei Estadual nº 12.214 (Fundo Especial do Ministério Público), de 28 de julho de 1998. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 391/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 5º, da lei Estadual nº 12.241, de 28 de julho de 1998, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - Os recursos do Fundo Especial do Ministério Público serão recolhidos em conta especial do estabelecimento bancário oficial do Estado”.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.98.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento dessa Assembléia Legislativa a promulgação da Lei Estadual nº 12.241, de 28 de julho de 1998, que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, diploma que para tornar realidade jurídica muito deve à Presidência dessa Casa.

Esta iniciativa legal vem, mais uma vez, reafirmar os predicados constitucionais do Ministério Público e reconhecer o seu trabalho e a relevância de suas responsabilidades perante a sociedade, circunstância de valorização da Instituição que o Paraná sempre deu mostras de pioneirismo no plano nacional.

Não obstante isto, há que se elaborar pequena corrigenda no texto em foco, alterando-se o seu art. 5º, de forma a melhor compatibilizá-lo ao contexto legal no qual está ele inserido.

É que pela referida norma os recursos do Fundo serão recolhidos em conta do Tesouro Geral do Estado, no Banco do Estado do Paraná, sendo repassados ao Ministério Público pela Secretaria de Estado da Fazenda, de acordo com cronograma mensal de desembolso.

Ora, a verbalização desta regra opõe-se a duas ordens de idéias.

A primeira respeita ao princípio da simetria com a disposição inserta no art. 5º, da Lei Estadual nº 12.216/98, que dispõe que os recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário serão recolhidos em conta especial do estabelecimento bancário oficial do Estado.

A natureza de ambas as normas é idêntica.

Sob este aspecto, portanto, não há motivo para discriminar a administração de recursos do Fundo praticada pelo parquet em face daquela realizada pelo Poder Judiciário. Posicionamento deste jaez poderia lançar indevida sombra sobre a capacidade e a confiabilidade administrativa da Instituição, impondo-lhe injusta capits diminutio, vulnerando a simetria que deve ocorrer na espécie.

O segundo argumento respeita à desnecessidade de se estabelecer tais controles (depósitos

em conta vinculada ao Tesouro Geral do Estado e liberação de recursos através de repasses da Secretaria de Estado da Fazenda), porque os recursos destinam-se originariamente ao próprio Ministério Público inexistindo lógica, em decorrência, que os faça migrar para a tutela de outros entes oficiais, ensejando, inclusive, desnecessária burocracia. Além disso, a atual dicção do art. 5º da Lei Estadual nº 12.241/98 é algo contraditória com a assertiva posta no art. 8º, de que o Presidente do Fundo é o seu ordenador de despesas, pois a regra, como está redigida, causa inevitável embaraço à gestão deste numerário. Ao cabo, resta assinalar que nenhum risco incidirá para o patrimônio público a gestão autônoma do Ministério Público nesta matéria em face do necessário exame do Tribunal de Contas a que toda a movimentação de recursos sempre estará jungida.

Estas as considerações que cumpria encaminhar à elevada consideração do Poder Legislativo, na expectativa que o incluso anteprojeto, possa encontrar o necessário acolhimento por parte dessa augusta Assembléia Legislativa.

#### LEI Nº 12241

DATA: 28 de julho de 1998.

#### SÚMULA:

Cria o “Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR” e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o “Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR”.

Art. 2º - O Fundo Especial do Ministério do Estado do Paraná tem por finalidade suprir o Ministério Público com os recursos financeiros necessários para fazer face as despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis pertencentes ao Ministério Público ou a ele destinado;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional, inclusive, nas áreas de proteção dos direitos do idoso, defesa da pessoa portadora de deficiência e defesa da infância e juventude;

V - aquisição, construção, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos que pro-

porcionem o acesso de pessoas idosas e portadoras de deficiências, em imóveis do poder público;

VI - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até no máximo, 50% (cinquenta por cento) da receita do Fundo.

Parágrafo único - Não serão admitidos, por conta do FUEMP/PR, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal ressalvado o disposto no item III.

Art. 3º - Constituem-se receitas do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Ministério Público, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar;

III - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo;

IV - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Ministério Público para terceiros;

V - o produto da venda de cópias dos editais de licitação de obras, aquisição de equipamentos e outros.

VI - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Ministério Público;

VII - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Ministério Público;

VIII - o produto de alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Ministério Público;

IX - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e disquetes, por meio de transmissão telefônica e quaisquer outras publicações;

X - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Ministério Público;

XI - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

XII - multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo do Ministério Público;

XIII - taxa de ocupação das dependências dos imóveis do Ministério Público;

XIV - valores da venda de ações da TELEPAR relativa à aquisição dos terminais telefônicos pertencentes ao Ministério Público;

XV - receita de honorários decorrentes da sucumbência concedida ao Ministério Público em procedimentos judiciais;

XVI - o produto da venda de material inservível e não indispensável;

XVII - recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia;

XVIII - o produto da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XIX - valores oriundos do porte postal para devolução de documentos e processos;

XX - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Ministério Público;

XXI - receita decorrente dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Ministério Público, em decorrência de faltas e atrasos não justificados;

XXII - outras receitas eventuais.

Parágrafo Único - As receitas do FUEMP/PR não integram o percentual da receita estadual destinado ao Ministério Público, previsto na Lei nº 11.802, de 17 de julho de 1997.

Art. 4º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça e por mais 5 (cinco) membros, integrantes do Ministério Público, os quais serão nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná serão recolhidos em conta do Tesouro Geral do Estado, junto ao Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Fazenda repassará os recursos do FUEMP/PR ao Ministério Público sempre que solicitados, obedecendo o cronograma mensal de desembolso, encaminhado e aprovado pelo Conselho Diretor do Fundo.

Art. 6º - Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná serão incorporados ao patrimônio do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 7º - Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.

Art. 9º - O FUEMP/PR prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 10 - O Procurador-Geral de Justiça expedirá instruções normativas referente à organização, estruturação e funcionamento do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná e quanto aos documentos e procedimentos para arrecadação de suas receitas, submetendo-os à aprovação do Colégio de Procuradores.

Art. 11 - Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei, utilizando como recursos aqueles previstos no § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 28 de julho de 1998.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

GIOVANI GIONÉDIS

Secretário de Estado da Fazenda

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 391/98

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, tem por objetivo alterar o art. 5º da Lei Estadual nº 12.241 (Fundo Especial do Ministério Público), de 28 de julho de 1998.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.11.98

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator.

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/98, ficam incluídas as funções de bioquímicos plantonista, cirurgião dentista plantonista, médico plantonista e médico veterinário plantonista, no cargo único de Agente Universitário da carreira do pessoal técnico-administrativo das instituições de ensino superior (IES) de que dispõe o anexo II da Lei nº 11.713 de 07/05/97. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. 129, de 13.10.98 - Mens.)**



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 392/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 44/98 que ficam incluídas as funções de Bioquímico Plantonista, Cirurgião Dentista Plantonista, Médico Plantonista e Médico Veterinário Plantonista, no cargo único de Agente Universitário da Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior (IES) de que dispõe o anexo II da Lei nº 11713 de 07.05.97.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.11.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator.

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres das Escolas Formação e Kambalhota, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 11.11.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 448/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres das Escolas Formação e Kambalhota, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 17.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

CARLOS SIMÕES - Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1859, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1861, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1863, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1862, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI - (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene em comemoração a data nacional da consciência negra; cento e três anos da morte de Zumbi dos Palmares, onde serão homenageadas pessoas ilustres da Comunidade Afro-Brasileira, por proposição do Deputado Orlando Pessuti, a realizar-se às 15:00 horas, no dia 20 sexta-feira.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 298, 302, 307, 314, 331, 334, 338, 391, 392 e 448/98.

Levanta-se a sessão.